Administrativa e de Recursos Humanos, podendo o processo ser consultado, durante as horas normais de expediente, na Secção de Recursos Humanos da mesma autarquia.

16 — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, no acesso ao emprego e na sua progressão profissional, providenciando, escrupulosamente, no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

17 — Ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro, o candidato com deficiência tem preferência, em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal.

20 de Junho de 2006. — O Presidente da Câmara, *Manuel Joaquim Barata Frexes*. 1000305205

CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

Aviso

Nomeação

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho do vereador com competências delegadas datado de 26 de Julho de 2006, e na sequência de concurso externo de ingresso para dois lugares de cantoneiro de limpeza, publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 148, de 25 de Junho de 2004, foi nomeado, provisoriamente, nos termos do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, adaptado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, o candidato classificado em 2.º lugar: Joaquim Ferreira da Silva — cantoneiro de limpeza.

A lista de classificação final, devidamente homologada, foi afixada no Sector de Pessoal em 5 de Abril de 2005.

Mais se torna público que a esta nomeação foi declarada a urgente conveniência de serviço, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2006.

(Isento de visto do Tribunal de Contas, nos termos do disposto no artigo 46.º, n.º 1, conjugado com o artigo 114.º, n.º 1, da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

1 de Agosto de 2006. — A Vereadora Permanente (com competências delegadas), *Ana Maria Mendes Oliveira*. 1000305203

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA (ALGARVE)

Aviso

Dr. José Inácio Marques Eduardo, presidente da Câmara Municipal de Lagoa (Algarve), faz saber que, para cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, e em conformidade com a deliberação tomada em reunião camarária realizada no dia 16 de Agosto de 2006, irá decorrer o período de discussão pública relativo à operação de loteamento a levar a efeito em Corgos, freguesia de Parchal, concelho de Lagoa, a favor de Ar do Algarve — Imobiliária, L.ª, de acordo com competente proposta anexa ao processo.

O período de discussão pública terá início no 8.º dia a contar da data de publicação do presente aviso no *Diário da República* e decorrerá pelo período de 15 dias.

Os interessados poderão consultar a proposta de projecto de loteamento, na Secção de Obras e Urbanismo desta Câmara Municipal, durante o horário normal de expediente.

As observações, reclamações ou sugestões a apresentar deverão ser dirigidas ao presidente da Câmara Municipal de Lagoa, formuladas por escrito e apresentadas na Secção de Obras e Urbanismo desta Câmara Municipal.

16 de Agosto de 2006. — O Presidente da Câmara, *José Inácio Marques Eduardo*. 1000305191

CÂMARA MUNICIPAL DAS LAJES DAS FLORES

Aviso

Nomeação

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho de 4 de Agosto de 2006, nos termos do disposto na alínea *a*) do artigo 68.º

da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, foi nomeado Bruno Filipe Freitas Belo para um lugar de técnico superior de 2.ª classe, na área de gestão, cujo concurso foi aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 8, de 11 de Janeiro de 2006.

O candidato deverá apresentar-se a aceitar o lugar nos 20 dias imediatos ao da publicação deste aviso no *Diário da República*.

7 de Agosto de 2006. — O Presidente da Câmara, *João António Vieira Lourenço*. 1000304751

Aviso

Nomeação

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho de 4 de Agosto de 2006, nos termos do disposto na alínea *a*) do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, foi nomeado José Orlando Raimundo Vieira para um lugar de pedreiro, cujo concurso foi aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 8, de 11 de Janeiro de 2006.

O candidato deverá apresentar-se a aceitar o lugar nos 20 dias imediatos ao da publicação deste aviso no *Diário da República*.

7 de Agosto de 2006. — O Presidente da Câmara, *João António Vieira Lourenço*. 1000304750

CÂMARA MUNICIPAL DE MACHICO

Edital n.º 51/2006

Emanuel Sabino Vieira Gomes, presidente da Câmara Municipal de Machico, torna público, para os devidos efeitos, que a Assembleia Municipal de Machico, em sessão ordinária realizada no dia 30 de Junho de 2006, aprovou, sob proposta da Câmara Municipal, em reunião ordinária de 26 de Abril de 2006, a Tabela de Taxas de Utilização do Material de Socorro e Equipamento e Serviços Prestados a Particulares pelos Bombeiros Municipais de Machico, que consta do anexo ao presente edital, entrando em vigor 15 dias após a sua publicação na 2.ª série do *Diário da República*.

10 de Julho de 2006. — Pelo Presidente da Câmara, (*Assinatura ilegível*.)

Alteração da Tabela de Taxas de Utilização do Material de Socorro e Equipamento e Serviços Prestados a Particulares pelos Bombeiros Municipais de Machico.

Considerando que a tabela de taxas em vigor para o concelho de Machico data de 1995 e fixa algumas taxas dos serviços prestados pelo Corpo Municipal de Bombeiros;

Considerando que alguns dos preços aí fixados não correspondem ao custo efectivamente suportado pela autarquia para prestação dos serviços;

Considerando que, na generalidade, o equipamento usado para a prestação desses serviços é de valor elevado e que o preço deve reflectir os seus custos de funcionamento, manutenção e amortização;

Assim, nos termos do artigo 214.º da Constituição da República Portuguesa e de acordo com a Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto, com os artigos 53, n.º 2, alínea *e*), e 64.º, n.º 6, alínea *a*), da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal de Machico propõe à Assembleia Municipal a aprovação da seguinte Tabela de Taxas pela Utilização do Material de Socorro e Equipamento e Serviços Prestados a Particulares pelos Bombeiros Municipais de Machico:

Taxas

Artigo 1.º

Serviço de socorro em ambulância

1.1 — Ambulância tipo A, por quilómetro ou fracção — 2,20 euros.
1.2 — Ambulância tipo A, em prevenção, por hora ou fracção — 63,25 euros.

1.3 — Ambulância tipo B, por quilómetro ou fracção — 3,50 euros.
1.4 — Ambulância tipo B, em prevenção, por hora ou fracção — 100,62 euros.

- 1.5 — Minuto de espera a partir dos 10 minutos — 0,45 euros.
- 1.6 — Aplicação de oxigénio — 6,55 euros.
- 1.7 — Aplicação de eléctrodos para AED — 38 euros.
- 1.8 — Material de penso e desinfeção — 2,80 euros.
- 1.9 — *Kit* de parto — 8,20 euros.
- 1.10 — Medição de glicémia capilar — 1,70 euros.

NB. — Ambulância tipo A — ambulância de transporte.
Ambulância tipo B — ambulância de socorro.

Artigo 2.º

Serviço de salvamento e desencarceramento

- 2.1 — Viatura de desencarceramento por hora ou fracção — 135,45 euros.
- 2.2 — Viatura de socorro em altura ou busca por hora ou fracção — 135,45 euros.

Artigo 3.º

Serviço de combate a fogo

- 3.1 — Pronto-socorro pesado, por hora ou fracção — 127,90 euros.
- 3.2 — Pronto-socorro médio, por hora ou fracção — 100,85 euros.
- 3.3 — Pronto-socorro ligeiro, por hora ou fracção — 74,80 euros.
- 3.4 — Auto-tanque pesado, por hora ou fracção (*a*) — 85,10 euros.
- 3.5 — Auto-escada, por cada hora ou fracção — 239,45 euros.
- 3.6 — Auto-apoio, por hora ou fracção — 49,90 euros.

(*a*) A água será cobrada à taxa em vigor na Câmara Municipal de Machico.

Artigo 4.º

Equipamento e serviços diversos

- 4.1 — Elaboração do relatório de sinistros — 39,85 euros.
- 4.2 — Abertura de portas — 54,20 euros.
- 4.3 — Moto-serra, por hora ou fracção — 30 euros.
- 4.4 — Aparelho respiratório, por hora ou fracção e por aparelho — 30,40 euros.
- 4.5 — Moto-bomba pesada, por hora ou fracção — 54,20 euros.
- 4.6 — Electro-bomba, por hora ou fracção — 43,40 euros.
- 4.7 — Gerador electrónico, por hora ou fracção — 54,20 euros.
- 4.8 — Ventilador, por hora ou fracção — 43,40 euros.
- 4.9 — Escada de alumínio, por hora ou fracção — 33 euros.
- 4.10 — Escada telescópica, por hora ou fracção — 50,60 euros.
- 4.11 — Sala de formação, por hora ou fracção — 25 euros.
- 4.12 — Vídeo-projector, por hora ou fracção — 20 euros.
- 4.13 — Máquina de fumos, por hora ou fracção — 43,20 euros.

Artigo 5.º

Ligação e utilização do sistema automático e deteção de incêndios

- 5.1 — Tarifa de ligação — 270,85 euros.
- 5.2 — Tarifa anual de utilização — 541,65 euros.
- 5.3 — Deslocação de reconhecimento em caso de alarme falso, por entidades ligadas ao sistema — 32,55 euros.
- 5.4 — Deslocação de reconhecimento em caso de alarme falso, por outras entidades, valor indicado no artigo 3.º

Artigo 6.º

Vistoria no âmbito de segurança contra incêndios

- 6.1 — Edifícios de habitação (por edifício e vistoria):
 - 6.1.1 — Até 9 m de altura — 50 euros.
 - 6.1.2 — De 9 a 28 m de altura — 100 euros.
 - 6.1.3 — De 28 a 60 m de altura — 200 euros.
 - 6.1.4 — Acima de 60 m de altura — 300 euros.

Nota. — Quando as áreas, por piso, forem superiores a 500 m², haverá acréscimo de 50 %.

- 6.2 — Estacionamento ao ar livre — 100 euros.

- 6.3 — Estacionamento coberto:

- 6.3.1 — Até dois pisos — 100 euros.
- 6.3.2 — Mais de dois pisos, por piso — 100 euros.

- 6.4 — Edifícios administrativos:

- 6.4.1 — Até 300 m² — 50 euros.
- 6.4.2 — De 300 m² a 1000 m² — 100 euros.
- 6.4.3 — Acima dos 1000 m² — 150 euros.

- 6.5 — Edifícios escolares:

- 6.5.1 — Até 500 pessoas — 50 euros.
- 6.5.2 — Mais de 500 pessoas — 150 euros.

- 6.6 — Edifícios hospitalares:

- 6.6.1 — Até 300 m² — 50 euros.
- 6.6.2 — De 300 m² a 1000 m² — 100 euros.
- 6.6.3 — Acima dos 1000 m² — 150 euros.

- 6.7 — Recintos de espectáculos e outros lugares de divertimento (por vistoria) — 100 euros

- 6.8 — Estabelecimentos de restauração e bebidas, por estabelecimento e por vistoria — 50 euros.

- 6.9 — Hotéis, pensões e residenciais, por estabelecimento e por vistoria:

- 6.9.1 — Taxa base — 50 euros.
- 6.9.2 — Por cada quarto, bar, estabelecimento — 10 euros.

- 6.10 — Estabelecimentos comerciais:

- 6.10.1 — Com menos de 300 m² — 50 euros.
- 6.10.2 — De 300 m² a 1000 m² — 100 euros.
- 6.10.3 — Mais de 1000 m² — 200 euros.

- 6.11 — Centros comerciais:

- 6.11.1 — Com menos de 300 m² — 50 euros.
- 6.11.2 — De 300 m² a 1000 m² — 100 euros.
- 6.11.3 — Mais de 1000 m² — 150 euros.

- 6.12 — Estabelecimentos desportivos e de lazer:

- 6.12.1 — Com menos de 300 m² — 50 euros.
- 6.12.2 — De 300 m² a 1000 m² — 100 euros.
- 6.12.3 — Mais de 1000 m² — 150 euros.

- 6.13 — Estabelecimentos industriais:

- 6.13.1 — Com menos de 300 m² — 50 euros.
- 6.13.2 — De 300 m² a 1000 m² — 100 euros.
- 6.13.3 — Mais de 1000 m² — 150 euros.

- 6.14 — Auditorias de segurança:

- 6.14.1 — Até 500 m² — 1000 euros.
- 6.14.2 — De 500 m² a 1000 m² — 2000 euros.
- 6.14.3 — Acima dos 1000 m² — 3000 euros.

Artigo 7.º

Serviço de prevenção

- 7.1 — Das 7 horas às 20 horas e 30 minutos, por hora ou fracção, por elemento — 11,21 euros.

- 7.2 — Das 20 horas e 30 minutos às 7 horas, por hora ou fracção, por elemento — 13,47 euros.

Artigo 8.º

Outros serviços

- 8.1 — Outros serviços especiais serão cobrados de acordo com os custos imputados aos mesmos.

Artigo 9.º

- 9.1 — As taxas serão actualizadas, anualmente, no mês de Janeiro, de acordo com o índice de preços no consumidor, relativo ao ano anterior.

9.2 — Podendo a Câmara Municipal proceder a isenção das taxas, sempre que trate de entidades públicas ou de interesse público.

9.3 — São revogadas as taxas anteriormente aprovadas.

3000211474

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Aviso

Em cumprimento do disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicável à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, torna-se público que, por meu despacho de 23 de Agosto de 2006 e nos termos e para os efeitos das disposições conjugadas no n.º 1 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, e no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 265/88, de 28 de Julho, nomeei a fiscal municipal de 2.ª classe, do quadro de pessoal deste município, Ana Rita de Almeida Queiroz Teixeira, em comissão de serviço extraordinária, para a realização de estágio da carreira técnica superior, com vista ao provimento no lugar de técnico superior de 2.ª classe (área de gestão do ambiente), do quadro de pessoal desta Câmara Municipal, dado ter ficado classificada em 1.º lugar no respectivo concurso externo de ingresso.

23 de Agosto de 2006. — O Presidente da Câmara, *José Maria Ministro dos Santos*.
1000305190

Aviso

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por meu despacho de 22 de Agosto de 2006, nomeei, com efeitos reportados a 1 de Setembro de 2006 e ao abrigo do disposto no artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicável à administração local por força do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, a técnica profissional de 2.ª classe da Câmara Municipal de Sintra, Sandra Deolinda Maia da Silva Almeida, posicionada no escalão 1, índice 199, para igual lugar do quadro de pessoal desta Câmara Municipal, ficando posicionada no mesmo escalão e índice.

22 de Agosto de 2006. — O Presidente da Câmara, *José Maria Ministro dos Santos*.
1000305189

Aviso

Em conformidade com o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicável à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, torna-se público que, por meu despacho de 26 de Julho de 2006, foi exonerada, a seu pedido, a técnica superior de biblioteca e documentação de 2.ª classe, Sofia Cristina Rodrigues Soares, com efeitos a partir de 1 de Setembro de 2006, inclusive.

22 de Agosto de 2006. — O Presidente da Câmara, *José Maria Ministro dos Santos*.
1000305188

CÂMARA MUNICIPAL DE MATOSINHOS

Aviso n.º 355/2006

Nomeação de pessoal dirigente

Recrutamento para provimento de cargos de direcção intermédia de 2.º grau

Dr. Guilherme Manuel Lopes Pinto, presidente da Câmara Municipal de Matosinhos, faz público que, na sequência de procedimento de candidatura para o cargo de direcção intermédia de 2.º grau abaixo mencionado, publicado através do *Diário da República*, 3.ª série, n.º 73, de 12 de Abril de 2006, da Oferta de Emprego Público na BEP n.º OE200604/0222 e no jornal *O Primeiro de Janeiro*, de 14 de Abril de 2006, e dando satisfação ao preceituado no artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na nova redacção pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, torno público que, por despacho de 31 de Julho do corrente ano, nomeei, em comissão de serviço, pelo período de três anos, com efeitos a partir da data do referido despacho, a licenciada Maria de Fátima Pombal Carvalho, no cargo de chefe de Divisão de Educação e Ciência, considerando que possui experiência no desempenho de funções dirigentes e concretamente na área de actuação em concreto; considerando que o plano que apresentou teve em conta as

atribuições definidas no Regulamento Orgânico dos Serviços Municipais e propôs medidas concretas, visando uma melhor eficácia dos respectivos serviços, e considerando, finalmente, que a candidata nomeada era detentora de competência técnica para o exercício das funções inerentes ao respectivo cargo, correspondendo assim ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e os objectivos do serviço.

Nota relativa ao currículo académico e profissional da nomeada

Maria de Fátima Pombal Carvalho, doutoranda da Universidade de Valência na área de Psicologia Evolutiva e Educação; licenciada em Ciências da Educação, da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

Possui, ainda, Curso de Estudos Especializados em Educação Especial, Problemas Intelectuais, Motores, de Dificuldades Múltiplas, da Escola Superior de Educação Jean Piaget e Curso de Educadora de Infância da Escola de Educadores Paula Frassinetti.

Detém, entre outros, curso «Sentidos e Trajectos na (Re) construção do Currículo».

Acção de Formação Contínua n.º 13/2000 — DEB (2.º momento) PROG. ALFA, realizado em Évora, sob o tema «Organização e Gestão da Escola do 1.º ciclo para a Conquista de Autonomia(s); Acção de Formação Contínua n.º 13/2000 — DEB (3.º momento) PROG. ALFA, realizado em Peniche, sob o tema «Gestão e Desenvolvimento Curricular».

Em 1 de Fevereiro de 2006, foi nomeada chefe de Divisão de Educação e Ciência na Câmara de Matosinhos.

De 2000 a 2005 esteve requisitada no CAE do Porto, em funções técnico-pedagógicas e responsável pelos Apoios Educativos.

De 2000 a 2002 foi coordenadora do Projecto Alfa, implementado pelo Ministério da Educação, projecto de intervenção junto de escolas isoladas, com o objectivo de combater o isolamento dos professores, dos alunos, das escolas e comunidades e ao mesmo tempo impulsionar os professores para a sua formação, autoformação e a mudança de práticas pedagógicas.

De 1989 a 2000 foi docente de Apoio Educativo.

De 1984 a 1987 foi directora dos Jardins-de-infância da Lousã, Assoreira, no concelho de Torre de Moncorvo e Bucos — Cabeceiras de Basto.

11 de Agosto de 2006. — O Presidente da Câmara, *Guilherme Manuel Lopes Pinto*.
1000305196

Aviso n.º 356/2006

Dr. Guilherme Manuel Lopes Pinto, presidente da Câmara Municipal de Matosinhos, faz público que, por despacho do vereador do pelouro de recursos humanos, com competências delegadas, de 30 de Dezembro do ano de 2005, foi autorizado, com a anuência da Câmara de origem, o pedido de transferência para esta autarquia da técnica superior economista assessora, Dr.ª Deolinda Maria Braga de Sousa Coutinho, da Câmara Municipal do Porto, nos termos do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local por força do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, com efeitos desde 14 de Agosto de 2006.

11 de Agosto de 2006. — O Presidente da Câmara, *Guilherme Manuel Lopes Pinto*.
1000305197

Aviso n.º 357/2006

Reclassificação profissional

Dr. Guilherme Manuel Lopes Pinto, presidente da Câmara Municipal de Matosinhos, faz público que, por despacho do vereador com competências delegadas, professor Correia Pinto, de 28 de Julho de 2006, foram reclassificadas, respectivamente, ao abrigo do disposto nas alíneas d) e e) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, e com efeitos a partir de 1 de Agosto do corrente ano, as seguintes funcionárias:

Ana Paula Correia Neto, assistente administrativa especialista, escalão 2, índice 280, para a carreira de jurista, categoria estagiária, escalão I, índice 321.

Isabel Maria Rio Ferreira Cardoso Veiga, auxiliar de serviços gerais, escalão 1, índice 128, para a categoria de assistente administrativa, escalão I, índice 199.

11 de Agosto de 2006. — O Presidente da Câmara, *Guilherme Manuel Lopes Pinto*.
1000305198